

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Grande ABC

Class.: 220

Data: 25 de fevereiro de 1989

Pg.: _____

Barragem Maldita

Dermeval Corrêa de Andrade

Quando aqui chegaram os portugueses em 1500, viviam no Brasil mais de cinco milhões de indígenas, distribuídos em nações e dezenas de grupos étnicos, com línguas, costumes e momentos diferentes em sua evolução cultural. Com o inevitável avanço civilizatório imposto pelos europeus que para cá vieram (nitidamente intencionados em retirar as riquezas naturais e enviá-las à metrópole), chegou o inferno. Verificamos que mesmo depois da independência, as políticas de expansão e ocupação do território sempre seguiram um ritual de desrespeito à vida e à cultura dos povos indígenas, que foram perdendo gradativamente seus espaços diante da fúria dos desbravadores.

Historicamente em todos os países ocorreram as ocupações através da força e sempre venceram os que detinham as armas mais modernas, produzidas em decorrência do avanço e domínio da tecnologia. Mais riqueza... mais avanço tecnológico... maior expansão da dominação: Eis a lógica dos conquistadores.

Quando falamos do extermínio dos povos indígenas no Brasil (hoje não chegam a 220 mil), verificamos que os meios utilizados para realizá-lo, inicialmente as doenças, os tiros e a aculturação, além de serem mantidos, somam-se a eles novas formas, oriundas dos avanços tecnológicos que o País tem alcançado, grande parte em detrimento da saúde, alimentação e educação de milhões de brasileiros. É o caso, no momento, da ameaça de construção das usinas hidrelétricas projetadas para o médio e baixo Xingu, que irão inundar cerca de 18 mil Km² de terra, para gerar 22 mil megawatts de energia. Uma das barragens, se for concretizada (a 60 km de Altamira), é sinônimo de morte para inúmeros indígenas daquela região.

Por isso o I Encontro das Nações Indígenas do Xingu em Altamira, no Pará é um dos acontecimentos mais importantes para o País e para o mundo civilizado, nos últimos tempos. Todos estão com os olhos voltados para Altamira, para as reivindicações dos povos indígenas ali representados e pelo clima tenso criado pelos militantes da União Democrática Ruralista e representantes do governo brasileiro, que procuram iludir o povo de Altamira e redondezas, dizendo que a

barragem será elemento de desenvolvimento da região. O que pretendem encobrir é o custo humano, o custo da destruição do meio ambiente e da cultura indígena; tentam acobertar também os equívocos de uma política energética que precisa ser rediscutida com toda a sociedade brasileira.

A política de ocupação, expansão industrial e energética do País é concebida pelas autoridades governamentais da forma mais atrasada que se possa imaginar. Não somos ingênuos a ponto de estarmos contra o progresso econômico do Brasil.

O que queremos discutir é de que forma isso deve ser feito, de maneira a não destruir nossas riquezas florestais, fauna e principalmente o valor humano representado pelos povos indígenas, para os quais, a propriedade coletiva da terra está ligada à vida, à cultura, enfim à existência de todos. A terra para o índio não tem significado de propriedade particular, sinônimo de riqueza econômica. Se assim o fosse, estaríamos diante de um problema de simples transferência para outras regiões menos cobiçadas pelos brancos. A terra onde vive o índio é fundamental, é onde viveram seus ancestrais, onde vivem seus filhos e onde pretendem que vivam as futuras gerações. Esse passado é presente e o presente também está ligado ao futuro. Sem a terra, os rios limpos, as florestas e a fauna, o indígena morre!

Diante do que tem acontecido, fica-nos a urgente necessidade de lutarmos ao lado dos povos indígenas, pela demarcação de suas terras da forma mais justa possível, como reza a nova Constituição brasileira, enfim fazer valer seus direitos à vida biológica, política e cultural.

Como pessoas conscientes de que os valores humanos devem sobrepor-se aos interesses econômicos, precisamos somar às entidades organizadas pelos indígenas, às demais entidades democráticas nacionais e internacionais, um esforço permanente em defesa de nosso precioso patrimônio humano. Nesse momento a pressão da opinião pública é fundamental.

Dermeval Corrêa de Andrade é Membro do Comitê de Solidariedade aos Povos Indígenas (RO), Presidente do Centro Brasileiro de Pesquisa em Saúde Mental e Membro da Seção Brasileira da Anistia Internacional.